

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA ALAGOANA E SEUS IMPACTOS SOBRE OS CORTADORES DE CANA

Layana Silva Lima¹

RESUMO: O presente estudo visa analisar o processo de reestruturação produtiva na agroindústria canavieira alagoana e seus impactos sobre os cortadores de cana. A intervenção do Estado, que desde a década de 1930 sofreu um salto qualitativo, foi imprescindível para a modernização da agroindústria canavieira, sobretudo com a criação do Instituto de Álcool e Açúcar e do Proálcool. Entretanto, a partir da década de 1980, os efeitos da crise estrutural, começaram a refletir na agroindústria canavieira acarretando no seu processo de reestruturação produtiva. A reestruturação incide na reorganização do processo produtivo que afeta diretamente o trabalho dos cortadores de cana intensificando sua exploração. Para realizar essa análise crítica, este texto se fundamenta na pesquisa bibliográfica compreendida na revisão das literaturas que abordam o desenvolvimento da agroindústria canavieira, especialmente em Alagoas, e sua desregulamentação.

Palavras-chave: Agroindústria Canavieira, Reestruturação Produtiva, trabalho.

1. Introdução

Este texto almeja analisar os impactos do processo de reestruturação produtiva sobre os cortadores de cana. Para alcançar essa finalidade o estudo se remete ao período da inserção da agroindústria canavieira no Brasil e sua importância na economia do mesmo. Desde sua inserção, o Estado intervém neste setor para proporcionar as bases para o seu desenvolvimento.

Essa intervenção se intensifica a partir da década de 1930 até 1970, período em que o Estado cria vários programas de incentivo ao aumento da produção. Entre estes podemos destacar a criação do Instituto de Álcool e Açúcar (IAA) e o Proálcool. Tais programas contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da agroindústria canavieira em Alagoas, pois os usineiros cresceram a produção de açúcar e seus derivados graças aos subsídios ofertados pelo Estado.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social vinculada a Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho e Serviço Social coordenado pela Prof^a Dr^a Maria Virgínia Borges Amaral vinculado a Faculdade de Serviço Social da UFAL. Aluna bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. contato: layana_limasso@hotmail.com.

Porém com a reconfiguração a ação do Estado neste setor na década de 1980, os subsídios aos usineiros foram subtraídos provocando impactos negativos na agroindústria canavieira. Diante desse contexto de crise, as usinas iniciaram seu processo de reestruturação produtiva. Esse processo provocou a intensificação da exploração da força de trabalho dos cortadores de cana, que a partir desse período foi impelido a aumentar sua produção individual para permanecer no posto de trabalho.

2. O contexto histórico da inserção da agricultura da cana de açúcar no Brasil

O Brasil na época colonial teve sua economia iniciada com a prática do extrativismo, centrado no corte e transporte do pau-brasil para o continente europeu para ser vendido no mercado internacional. Essa árvore possuía um grande valor comercial devido sua pigmentação vermelha que era utilizada para tingir tecidos. Por esse motivo, a indústria europeia cobiçava o corante extraído do pau-brasil. Esse fato fez Portugal inicialmente desenvolver na colônia o extrativismo como forma de obter lucros, pois ainda não havia sido descoberto as riquezas minerais (VIANNA, 1967).

Após o período do extrativismo, o Brasil direcionou sua economia para a monocultura da cana de açúcar. Foi partir de 1531 que Portugal iniciou o povoamento de sua colônia devido à ameaça da invasão francesa. O povoamento do território brasileiro teve início com o sistema de capitanias hereditárias, das quais dividiam a colônia portuguesa em 15 faixas de terras, que foram destinadas a donatários diferentes e estes foram responsáveis pelo povoamento do território que os coube. Esses donatários possuíam a permissão para explorar os recursos naturais da terra sem restrição, porém foram submetidos a condicionalidade de estabelecer o cultivo de cana de açúcar em seu território.

O açúcar nesse período histórico era um produto muito prestigiado na Europa, sendo muito valorizado no comércio internacional. Por esse motivo, visando à obtenção de lucros mediante a venda do açúcar ao mercado europeu, Portugal fomentou o cultivo da cana no solo brasileiro. Acerca do interesse de Portugal expandir seus lucros, Carvalho expressa que;

[...] A cana foi à primeira cultura comercial não extrativista do Brasil e, na sua época, o engenho era o maior e mais complexo empreendimento econômico existente no mundo. O açúcar era, portanto, desde o final do século XVI, o produto de maior valor no comércio mundial (CARVALHO 2009, p.10).

Entretanto, das 15 capitanias apenas duas, a de São Vicente (de Macaré/ RJ a Caraguatatuba/ SP) e a de Pernambuco, (Iguaraçu PE e à foz do Rio São Francisco AL/SE) conseguiram de fato prosperidade na cultura de cana de açúcar. As demais além de não terem incentivo financeiro da metrópole, sofriam ataques indígenas, o que as impediram de progredir.

O trabalho realizado no âmbito da grande propriedade rural, nos canaviais, era alicerçado na força de trabalho escrava. Desse modo, a escravidão foi o regime de trabalho do Brasil durante séculos - XVI, XVII, XVIII – que fomentou a produção capitalista (AMARAL, 2011).

A economia colonial, no Brasil, centrada na monocultura açucareira aliada com o trabalho escravo era subordinada à expansão do capitalismo mercantil europeu e a produção do açúcar se concentrava basicamente no nordeste, devido ao baixo custo com mão de obra e grandes quantidades de terras que geravam os grandes latifúndios. Por tais motivos, não existia o interesse por parte dos donos de engenhos em buscar inovações tecnológicas ou proporcionar mudanças que melhorassem a qualidade de vida da população, já que sobre as condições solidificadas, os lucros eram adquiridos de maneira satisfatória. Nas terras aptas para o cultivo, havia predominância da cultura da cana de açúcar, ficando em segundo plano a plantação de grãos essenciais à alimentação² da população.

A região do nordeste se destacou na produção de açúcar, e a concentração³ de terras cultiváveis nas mãos dos senhores de engenho contribuiu para a expansão da monocultura açucareira na colônia, pois tinham a proteção da metrópole, que proibia qualquer atividade que pudesse competir com os engenhos. Neste sentido, Carvalho (2009) argumenta que;

A produção do açúcar, no Nordeste, surgiu por uma decisão do Estado português, centro do poder político colonial, que estabelecia as regras básicas, doava terras, controlava as exportações, estimulava o tráfico negreiro e mantinha a escravidão. A metrópole proibia todas as atividades que concorressem com a fabricação do açúcar, em sintonia e estreita colaboração com os senhores de engenho e os comerciantes instalados nas cidades do litoral (ibidem, 2009,p.13).

² De acordo com Afonso de MENDONÇA (*apud* SANTANA1970, p184) um estudo realizado acerca da agricultura alagoana, publicado em 1902, afirmou que em nosso Estado não havia propriamente a tão estigmatizada monocultura, isso porque em regra todo lavrador de cana de açúcar plantava milho, feijão, mandioca, leguminosas para o consumo da fazenda.

³ De acordo com Santana, (1970, p. 82), se constitui uma característica da cultura da cana, a necessidade de uma vasta demanda de concentração de capital e de terra, daí a existência de alguns usineiros impregnados da mística dos feudos.

Todavia, o progresso da produção do açúcar não se estendeu a toda região, Nordeste. No Nordeste se destaca a capitania de Pernambuco, como já ressaltado, que alcançou prosperidade tanto de povoamento quanto no aspecto econômico. É no interior desta capitania, que se compreende o estado de Alagoas. Alagoas teve seu povoamento e desenvolvimento econômico subordinado ao cultivo de cana de açúcar em seu território. Os solos de massapé do estado apresentavam condições favoráveis para o cultivo de cana, pois eram férteis; a presença de rios permitia navegação das embarcações tão essenciais para o transporte dos produtos (ANDRADE, 2010).

O povoamento⁴ de Alagoas aconteceu nas últimas três décadas do século XVI, quando Cristovão Linz obteve grande sesmaria e construiu cinco engenhos em Manguaba e Camaragibe. Esses engenhos se expandiram rapidamente em quantidade, porém não ficaram restritos a essa região. Nas várzeas do rio Mundaú e Paraíba do Meio havia alguns engenhos e próximo a esses existiam vilas. Na vila de Penedo, situada ao norte e drenada por rios como o Coruripe, Jequiá e o São Miguel predominava a existência de engenhos, no entanto, em paralelo ao cultivo de cana havia a pecuária. O desenvolvimento da pecuária nas áreas menos produtivas era de suma importância para a subsistência dos moradores das vilas, pois além de serem utilizados como alimento, os animais eram aproveitados para as atividades dos engenhos (ANDRADE, 2010).

Os engenhos continham as áreas plantadas e a parte industrial composta por unidades fabris chamadas de banguês. Nos banguês se utilizavam de tecnologias muito atrasadas, que refletiam na produção do mel e do açúcar de baixa qualidade, se comparadas com a produção das Antilhas. As Antilhas se valiam do uso de inovações de cultivo com a introdução de variedades de cana e do uso da maquinaria industrial no processo produtivo, que tornava o processo de transformação do caldo da cana em açúcar mais ágil, contando com métodos de fabricação inovadores, com o aproveitamento do bagaço para a produção de energia, e com a criação de novos produtos oferecidos no mercado consumidor como o rum (CANABRAVA, 1981 *apud* CARVALHO 2009).

Tais avanços tecnológicos faziam da produção do açúcar e seus derivados, nas Antilhas, ter maior qualidade, parecendo mais atrativa ao consumidor do que o açúcar brasileiro. Mesmo o Brasil perdendo mercado consumidor diante das inovações, esse fato

⁴ O início do povoamento do território que compreende hoje o Estado de Alagoas deve-se, em grande parte, à indústria açucareira, já que os primeiros povoados quase sempre surgiram e se desenvolviam em torno dos engenhos de fabricar açúcar, a começar pelos levantamentos dos fins do século XVI na região norte do Estado, até os posteriormente erigidos por Gabriel Soares da Cunha, Miguel Gonçalves Vieira e outros da região das lagoas Mundaú e Manguaba (SANTANA, 1970, p, 229).

não despertou nos donos de engenho o interesse de incorporar e tecnologia no processo produtivo. Ao contrário, havia resistência dos mesmos em adotá-la, e continuaram a se valerem das mesmas práticas rotineiras e atrasadas de produzir o açúcar de baixa qualidade e lançá-lo ao mercado. Segundo Diégues Júnior (2012, p. 112), “[...] se observam no território alagoano as mesmas normas de plantio, o mesmo sistema de produção, a mesma técnica de fabrico, o mesmo processo econômico. Era este o sistema que o banguê presidia”.

Entretanto, a concorrência no mercado consumidor e a abolição da escravatura aliados à produção de baixíssima qualidade desencadearam uma crise na economia do Brasil, já que o açúcar e seus derivados que seus concorrentes ofertavam no mercado internacional eram mais apreciados por sua qualidade do que os brasileiros. Essa crise chegou à região do Nordeste com maior intensidade, pois a região Sudeste possuía melhores condições físicas para o cultivo dessa cultura e não necessitava com frequência do beneficiamento do solo para a produção da cana de açúcar. Os efeitos dessa crise econômica no Nordeste foram intensos, ao ponto de requisitar a intervenção do Estado no ciclo açucareiro, para estabelecer condições favoráveis para o seu reingresso no mercado mediante o processo de modernização da produção do açúcar na região.

O governo português, almejando promover a modernização do setor açucareiro para que o mesmo pudesse competir com os produtos estrangeiros transformou os velhos banguês em estruturas industriais mais modernas⁵, os chamados engenhos centrais. O objetivo dessa transformação foi de separar as atividades agrícolas das fabris, a fim de favorecer a introdução das inovações tecnológicas. De acordo com Carvalho, a introdução de novas tecnologias se deu através da;

[...] implantação de tecnologias modernizadoras na área dos banguês com a introdução de novas maquinarias, processos de cultivo inovadores e principalmente, a concentração pela ampliação da escala de produção em indústrias mais modernas (CARVALHO, 2009, p.15).

Esse período de modernização reflete a transição dos velhos e atrasados banguês para as modernas usinas. Entretanto, o início dessa transição foi marcado pela resistência dos donos de engenhos, que temendo perder o poder sobre o processo produtivo, continuaram a moer cana nos banguês. Esse fato aliado à instabilidade do fornecimento da matéria prima

⁵ Cabe ressaltar que nesse momento histórico, enquanto o Brasil está iniciando seu processo de modernização da produção agrícola, os países centrais já possuem seu processo de industrialização acelerado.

teve como consequência o fracasso os engenhos centrais. Todavia, mesmo com o malogramento desses engenhos o Estado continuou com o processo de modernização, implantando as modernas unidades industriais integradas, as usinas de cana de açúcar.

A introdução das usinas no Brasil, no século XIX, representou um grande avanço para o setor açucareiro, pois essas novas unidades industriais concentrava em seu âmbito todo o processo produtivo que vai desde a plantação da cana até o produto final, no caso o açúcar bruto para ser refinado na Europa. A consolidação das usinas de açúcar, no Brasil, foi segundo Carvalho (2009) o marco da consolidação do capital industrial e financeiro no campo, pois a partir de seu ingresso, das usinas, foi possível o país ter o controle sobre o processo produtivo e econômico do açúcar. Acerca dessa afirmação, Perruci argumenta que;

[...] a usina representa a consolidação do capital industrial e financeiro no campo, que, a partir de agora, passa a controlar sozinho todo o processo econômico do açúcar; desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial (PERRUCCI, 1978 *apud* CARVALHO 2009, p.15)

É relevante ressaltar que os donos dos antigos banguês se transformaram nos modernos usineiros, ou seja, os banguês foram modernizados e seus donos continuaram sendo os portadores de poder tanto financeiro quanto político. Neste sentido, a concentração de terras permaneceu intacta após a modernização do setor açucareiro, continuando em segundo plano a preocupação de prover alimentos para o consumo da população.

A primeira usina de cana de açúcar em Alagoas foi a Brasileiro, inaugurada em 1892. Após esta, foram inauguradas a Central Leão, Serra Grande e Cansação Sinimbu. Dez anos depois da implantação da primeira usina, no ano de 1902, Alagoas possuía em seu território seis usinas de cana de açúcar. Essas usinas representaram as primeiras iniciativas de modernização da produção açucareira, substituindo o projeto dos engenhos centrais e superando a produção dos banguês. Seu advento possibilitou um maior rendimento industrial, com a elaboração de produtos com maior qualidade graças à introdução de práticas industriais inovadoras. Segundo Melo, a usina;

Por ter mais capital e maiores condições de incorporar avanços tecnológicos oferecia maior rendimento industrial e capacidade para introduzir algumas inovações como a irrigação, a seleção de mudas e novos processos de trabalho. Esse processo tecnológico se manifesta a) na qualidade do açúcar, com o surgimento dos tipos centrifugados; b) na produtividade industrial, com maior porcentagem de extração do açúcar contido na cana, e c) no

tamanho das unidades industriais, com fábricas de capacidade dezenas de vezes maior do que os antigos engenhos e banguês (MELO, 1975,p.40 *apud* CARVALHO, 2009, p.18).

Todavia, é importante salientar que a introdução desse processo de inovações tecnológicas junto ao processo produtivo da industrialização do açúcar já havia sido vivenciada anos antes pela Antilhas. Esse, processo, proporcionou melhores condições à produção do açúcar brasileiro posta no mercado europeu, possibilitando-a o teor de qualidade compatível com os produtos já existentes neste. Ao contrário das Antilhas, que trouxe novos produtos no século XVII, o Brasil no século XX apenas conseguiu produzir tardiamente o açúcar com qualidade.

3. O incentivo do Estado no desenvolvimento da agroindústria canavieira

O setor da agroindústria canavieira proporcionou o desenvolvimento econômico e social do país, já que a monocultura do açúcar foi responsável pela abertura de importações e consequentemente pelo acúmulo de capital, assim, como contribuiu para o povoamento de algumas regiões⁶.

Desde sua gênese, a agroindústria canavieira recebe a intervenção do Estado. Essa intervenção ora se caracteriza em criar diretamente as condições objetivas para a expansão do setor, mediante o protecionismo, ora minimizando os incentivos financeiros devido os efeitos de crises econômicas. Acerca da regulamentação estatal na agroindústria açucareira, Andrade argumenta que;

[...] a intervenção do Estado na agroindústria açucareira e alcooleira é quase tal antiga quanto a própria existência dessa atividade em nosso país, tendo esse processo de intervenção se dado, para o setor açucareiro, desde sua fase de implantação, no período colonial e, para o alcooleira, após a I Guerra Mundial (ANDRADE,1988, p. 639 *apud* CARVALHO 2009,p. 22)

Todavia, cabe ressaltar que a intervenção do Estado sofreu um salto qualitativo a partir da década de 1930. Nessa década, a agroindústria canavieira foi incentivada a aumentar sua produção a partir da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O IAA foi criado pela Comissão de Defesa da Produção Açucareira organizada pelo Governo Federal, com o objetivo de criar estratégias que mediassem os conflitos de interesses econômicos

⁶ Referindo-se ao Sudeste e Nordeste que foram os pioneiros no desenvolvimento da cultura da cana de açúcar no país.

decorrentes da desigualdade de produção entre as regiões Sudeste e Nordeste. Esse Instituto fornecia subsídios e apoio financeiro para o desenvolvimento das usinas de cana de açúcar no país.

A influência do Estado no setor açucareiro, visando prestar auxílio na resolução dos problemas econômicos sujeitava o processo produtivo das usinas ao protecionismo do mesmo, impondo condicionalidades⁷ aos empresários, usineiros, que necessitavam de sua assistência. Dessa maneira, essa autarquia exercia o controle sobre o mercado interno, fixando os preços e monopolizando as compras. O domínio estatal sobre a produção e a venda se alargava até a regulamentação do transporte, o manuseio e o armazenamento do açúcar.

Foi graças à intervenção do Estado que a região Nordeste pôde aumentar de forma significativa sua produção.

Brasil: produção de açúcar (sacos de 60 kg), de 1933 a 1970.

Safra	São Paulo	Pernambuco	Alagoas
1933/34	1.828.668	3.219.124	963.652
1939/40	2.464.064	5.215.913	1.817.698
1949/50	5.945.914	6.466.586	1.584.205
1959/60	20.859.885	12.647.991	4.063.487
1969/70	31.546.965	14.592.323	8.939.601

Fonte: SOARES, 2000 *apud* CARVALHO, 2009.

O quadro mostra que graças a intervenção do Estado Alagoas conseguiu elevar sua produção, porém não conseguiu se aproximar da região Sudeste, que desde o início da década de 1930 apresentava uma produção muito maior. Partindo do argumento que o Sudeste possuía melhores condições para produzir cana, os usineiros nordestinos conseguiram exercer preponderância no controle político sobre o IAA, exigindo do Estado o limite da produção do Sudeste com o discurso de defesa da produção regional. A solução do Estado para mediar tal conflito regional foi atribuir mercados consumidores para ambas as regiões, cabendo ao Sudeste abastecer a própria região como também ao Sul e o

⁷ Segundo Carvalho (2009), o Estado ao auxiliar financeiramente as usinas estabelecia cotas de produção para as usinas e para os fornecedores, definia regras para as exportações e administrava os preços para o açúcar.

Nordeste ficaria responsável por sua própria demanda além de produzir para a exportação. Acerca do favorecimento do Nordeste pelo Estado, LIMA ressalta que;

A manutenção de uma boa performance política organizacional tem coferido ao capital sucro-alcooleiro do Nordeste um grande poder de lobby para pressionar e assegurar proteção e apoio do Estado para compensar sua base econômica deficiente ou pouco competitiva. Uma proteção que tem sido fundamental para a sobrevivência deste ramo do capital [...] um poderoso lobby com poder político de influenciar as decisões do aparelho estatal cujas táticas e estratégias incorporam componentes não econômicos reforçando sua capacidade de obter favores do Estado(LIMA, 1988, p.2 *apud* CARVALHO, 2009, p.25)

A intervenção estatal, no período de existência do IAA se divide em duas etapas que atuaram no desenvolvimento do setor. A primeira compreende as décadas de 1930 a 1960, se caracterizando-se como um período de crescimento regular do qual, a política de expansão em 1960 faz crescer de forma significativa o número de usinas e se amplia as áreas plantadas, inclusive nos tabuleiros, sendo introduzidas máquinas e irrigação em pequena escala devido ao caráter complementar dessa política. Já a segunda etapa envolve as décadas de 1960 a 1990 e se assinala como a fase do crescimento acelerado, pois ocorre o processo de modernização agroindustrial induzida pelo Estado. A regulação do Estado é ampliada com a introdução de programas, planos, fundos federais que apoiam a modernização da produção açucareira (CARVALHO, 2009).

Com a crise do petróleo em 1975, que eclodiu no contexto mundial, houve um aumento significativo do preço dos barris desse combustível, tal fato fez com que o Estado brasileiro criasse o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), com o objetivo de incentivar a produção de álcool como alternativa energética aos derivados do petróleo. A criação do Proálcool contribuiu para o aumento da produção de álcool no Brasil, uma vez que nos anos precedentes os usineiros preferiam produzir o melão ao etanol. O incentivo à produção de álcool foi tão forte que na década de 1980 a fabricação do etanol substituiu a do açúcar como eixo dinâmico do setor.

A produção de álcool era executada pelo setor privado, todavia, com intenso investimento do Estado. O Estado garantia até 80% do financiamento do investimento fixo das destilarias com juros de 4% ao ano, pagamento dos empréstimos em 12 anos com até 3 anos de carência, além de financiar a estocagem do álcool nas destilarias garantia a compra do produto pela Petrobrás (CARVALHO, 2009).

Alagoas foi um dos Estados que mais se beneficiou com os incentivos do Proálcool. Esse Estado recebeu 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados ao programa. Esse fato contribuiu para a ampliação da capacidade produtiva do Estado em questão e multiplicou a produção de álcool em 25 vezes e quase duplicou sua produção de açúcar. No período compreendido entre os anos de 1975 a 1990, Alagoas foi o Estado com maior crescimento proporcional entre os produtores de álcool no país (CARVALHO 2009).

O Proálcool teve três períodos: o primeiro se caracteriza como de expansão moderada compreendendo os anos de 1975 a 1979. Nessa fase, as usinas tiveram financiamento para a ampliação das destilarias anexadas. O segundo (1980-1985), a expansão é acelerada, do qual cresce a produção de álcool hidratado para ser utilizado em motores. O terceiro (1986 – 1990) é marcado pelo processo de desaceleração e crise econômica.

Entretanto, essa fase de prosperidade sofreu uma intensa redução a partir da década de 1980. O Estado que apresentava no último período do Proálcool os primeiros sinais de redução de sua intervenção, se reconfigurou diante do contexto de crise capitalista. Essa reconfiguração refletiu de maneira negativa no setor da agroindústria canavieira, em especial da região do Nordeste, que se viu obrigada a adotar diversas estratégias para permanecer no mercado.

4. A crise estrutural e seus efeitos para a agroindústria canavieira e as relações de trabalho no Brasil

A década de 1970 foi marcada pela crise estrutural⁸ do sistema, que foi iniciada pela crise do petróleo. Nesse período, houve o agravamento das contradições expressas nos limites do processo de valorização e acumulação, o que acarretou na saturação das estratégias do capital em promover a reprodução social que garantia o atual padrão das condições de trabalho pautado na proteção social do trabalhador. Acerca das consequências dessa crise que impulsionou a erosão do Estado de Bem-Estar Social e seus efeitos para o mundo do trabalho Souza, argumenta que;

⁸ A crise estrutural, isto é orgânica e permanente, para o qual não há possibilidades de superação no interior da lógica do capital, de modo que ambos, crise e sistema, estão fundidos de modo definitivo, condenados a sobrevivência do capital ao metabolismo crítico que na atualidade o caracteriza. Assim, viver e sobreviver no capital tornou-se existir na e através da crise (CHASISN, 1989 apud SOUZA 2011)

Essa crise se traduz, do ponto de vista do capital, na queda tendencial da taxa de lucro, no desgaste do padrão taylorista-fordista de produção, na desestruturação do Welfare State e na hipertrofia do sistema financeiro; para o trabalho, reflete o insuficiente atendimento das necessidades sociais da maior parte das populações do mundo, a precarização e a flexibilização das relações de trabalho e a emergência do desemprego estrutural. Torna-se evidente a incapacidade das forças econômicas-sociais de controlar, através do fordismo e das políticas Keynesianas, as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista (SOUZA, 2011, p. 84).

Porém, para o setor da agroindústria canavieira no Brasil a década de 1970 vai ser próspera, pois foi mediante os altos preços dos barris de petróleo que o Estado brasileiro investiu recursos de maneira qualitativa e quantitativa neste âmbito, visando promover um combustível alternativo ao já citado. Entretanto, a partir da década de 1980, o preço do petróleo conseguiu alcançar estabilidade e esse fato fez com que o Estado diminuísse de forma significativa os financiamentos para esse setor dando início a crise da agroindústria canavieira que emergiu na década de 1980.

Os efeitos da crise na agroindústria canavieira se intensificaram no início da década de 1990, com a desregulamentação do setor, sobretudo na região Nordeste. Essa região, por longos anos, foi alvo de incentivos estatais para que a produção do açúcar nordestino alcançasse condições favoráveis para manter equilibrada a competitividade entre a região Sudeste. Porém, com a subtração da intervenção do Estado, o Nordeste não dispôs mais de meios para manter o nível competitividade em relação às regiões Sudeste e Centro-Sul, pois o rendimento de sua produção não podia se equiparar ao dessas. Essa instabilidade fez com que a agroindústria canavieira entrasse no processo de reestruturação produtiva, a fim de construir estratégias para amenizar os efeitos da crise no setor.

Em Alagoas, o processo de reestruturação produtiva fez com que várias usinas e destilarias fossem desativadas por conta das condições desfavoráveis de se manterem no mercado competitivo. A desativação dessas indústrias por falta de recursos fez com que as mesmas fossem incorporadas a outras, propiciando assim, a formação de grupos empresariais que passaram a deter o controle do processo produtivo. Todavia, mesmo em menor número, as dificuldades financeiras e tecnológicas das indústrias permaneciam. Acerca do processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira Carvalho argumenta que;

[...] o setor sucroalcooleiro nordestino passou a enfrentar uma situação inédita. Esse novo modelo adotado é o maior responsável pelo processo de reestruturação produtiva ocorrido no complexo sucroalcooleiro alagoano, com a desativação de algumas usinas e destilarias e a concentração da produção nas mãos de um pequeno grupo menor de unidades fabris. A

desregulamentação trouxe também à tona as diferenças em termos da eficiência das unidades industriais, relevando as dificuldades financeiras e tecnológicas das empresas (CARVALHO, 2009, p.50).

Entretanto, não foi apenas a indústria que sofreu com as transformações impostas pela reestruturação, tendo seus lucros reduzidos, os trabalhadores desse setor tiveram seus postos de trabalho reduzidos, pois os usineiros tiveram que incorporar estratégias para mediar os efeitos da crise do capital, e se valeram do incremento do uso de tecnologias mediante a mecanização da cultura da cana de açúcar.

As estratégias adotadas para mediar os efeitos da crise no setor variavam desde a adoção de novas variedades de cana, com maturação precoce em relação às utilizadas, à mecanização agrícola conjugadas com a organização do trabalho. Relembramos que o advento da maquinaria no setor da agroindústria canavieira não é algo tão recente, pois se fez necessário devido às próprias etapas da produção da cana que compreendem a preparação do solo, o plantio, tratos culturais e a colheita, mas mesmo com o uso de tais técnicas, a força de trabalho é algo imprescindível nesse processo. Isso porque, tais etapas produtivas possuem níveis diferenciados de mecanização, com formas distintas de organização e divisão do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2011).

Assim, a produção depende do ritmo, habilidade, discernimento e experiência do trabalhador individual. Todavia, com a racionalização do processo produtivo foi exigida mais eficiência e produtividade do trabalhador individual. Houve a redução do tempo de produção devido ao uso da máquina e ao alargamento do trabalho. Esse fato, ocorre em virtude de que, mesmo a máquina sendo ágil ela não consegue executar as mesmas atividades que a mão humana realiza. O rendimento médio de uma colheitadeira atinge 200 toneladas ao dia (10 horas de trabalho) o que equivale ao trabalho de 30 homens, porém a máquina necessita de condições apropriadas para executar suas atividades, ao contrário do homem que está à mercê das piores condições de labor. Neste contexto, Silva relata que;

Vale lembrar ainda que alguns problemas necessários a mecanização completa da colheita ainda devem ser equacionados. Em primeiro lugar, a necessidade de nivelamento do terreno, pois a colheitadeira não pode trabalhar em terrenos muito acidentados. Depois o espaçamento, que não pode apresentar variações. Ademais, os sulcos têm que ser mais rasos e a cana deve crescer ereta. Além disso, o terreno deve ser totalmente limpo, sem árvores, buracos, pedras etc. São enfim condições técnicas rígidas que devem ser previamente preenchidas para viabilizar a mecanização da colheita e que estão ao alcance apenas de uma minoria de grandes produtores (SILVA, 1997, p. 56).

Isso significa dizer, que a máquina exige melhores condições para produzir no âmbito da agroindústria canavieira. Porém, esse setor é subalterno aos determinantes naturais que influenciam a produção, pois a colheita está sujeita às variações climáticas, aos recursos naturais, tais como uso de fertilizantes, fonte de água e solo apropriado, além dos processos biológicos relacionados ao crescimento da cana.

Tais determinantes, como é o caso das condições do solo, põem à máquina empecilhos que poderão danificá-la, gerando custos extras ao empresário. Ao contrário da máquina, essas condições não irão pôr limites à exploração do trabalho dos homens que trabalharão nas condições impostas pelo empresário, pois a partir do momento que vendem sua força de trabalho estão pressionados a produzir para manter sua sobrevivência. O uso da maquinaria nos canaviais torna mais ágil a colheita e reduz a necessidade do capitalista de contratar um grande número de trabalhadores. Em virtude da diminuição dos postos de trabalho, os cortadores de cana excedem seu limite físico almejado através do aumento de sua produtividade para permanecer empregado.

Silva (2006) estudando as condições de trabalho no setor canavieiro mostra que há uma intensificação na exploração da força de trabalho dos cortadores de cana com o advento da reestruturação produtiva. A autora analisa a produtividade exigida pelos usineiros e constata que da década de 1980 a 2000 o número de toneladas cortadas pelos trabalhadores triplicou. Nesta direção a autora (2006, p.4) expõe que, “[...] Na década de 1980, a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; em 1990 passa de 8 a 9; em 2000 para 10, e em 2004 de 12 a 15 toneladas.”

Diante do contexto de intensificação da exploração, os cortadores de cana estão suscetíveis a doenças decorrentes do excesso de trabalho. O adoecimento do trabalhador não irá gerar altas despesas para o capitalista, pois como os mesmos, por serem sazonais, contratados por um determinado período, não mantêm um vínculo empregatício com a indústria por muito tempo, desresponsabilizando desse modo, os empresários de arcarem com as despesas de longos tratamentos de saúde. Pode-se dizer que diante dessas condições, o uso da máquina não substitui integralmente o corte manual, mas em algumas usinas a utiliza no início da colheita como forma de rebaixar os salários se aumentar a produtividade dos cortadores. Acerca da necessidade do trabalho humano na agroindústria canavieira, Iamamoto argumenta que;

Assim, a tarefa da colheita, apresentava-se dependente da habilidade e destreza do trabalhador no manejo do principal instrumento utilizado no corte de cana – podão - , sendo a intensificação do trabalho impulsionada

através do sistema de pagamento por produção (IAMAMOTO, 2001, p.144).

O salário por produção é mais uma estratégia utilizada pelo capital agroindustrial para intensificar o trabalho dos cortadores de cana. Como a jornada de trabalho no âmbito canavieiro foi determinada a ser oito horas diárias e não vinha sendo devidamente cumpridas pelos empresários, o aumento de denúncias de mortes por exaustão nos canaviais suscitaram o medo de penalidades, fazendo com que esses empresários respeitassem tal jornada.

Todavia, essa redução iria reduzir a produtividade e, por conseguinte os lucros das usinas sofreriam uma subtração. Diante disso, os usineiros difundiram essa modalidade de pagamento, como estratégia de impulsionar o trabalhador a desrespeitar as leis trabalhistas que estipulam a jornada de trabalho e manterá e (em certos casos) extrapolará a produção de antes da fixação do tempo de trabalho. O pagamento por produção gera no trabalhador a ilusão de quanto mais produzir maior será sua remuneração. Essa estratégia é útil aos donos de usina para capturar o trabalho excedente do trabalhador, pois o sistema de medidas para avaliar a produção individual é complexa e o cortador de cana fica vulnerável ao não pagamento exato de sua produção. A respeito desse fato, Lima e Tavares expressam que;

No pagamento por produção, as usinas usam um complicado sistema de medidas que impossibilita ao trabalhador ter um controle sobre a quantidade cortada e sobre o valor do pagamento. Como a quantidade de cana cortada é medida em metros lineares e o valor definido em toneladas, torna-se necessário a conversão do valor em toneladas para o valor em metros. Este procedimento é feito pela usina. A falta de controle da produção e do valor do pagamento pelos trabalhadores é o principal meio de pressão dos usineiros para aumentar a produtividade (OS AGROCOMBUSTÍVEIS DO BRASIL 2008 *apud* LIMA e TAVARES, 2009 p.175).

Diante dessa breve exposição podemos compreender que as relações de trabalho no âmbito canavieiro, a partir do processo de reestruturação produtiva, tornaram-se ainda mais complexas, pois o trabalhador do corte de cana se vê obrigado a produzir cada vez mais para se manter no posto de trabalho, ameaçado pela maior introdução de máquinas. Neste sentido, o excesso de trabalho e o aumento de sua produtividade não refletem na melhoria de sua qualidade de vida e no aumento de seu salário.

5. Considerações finais

A agroindústria canavieira está presente no país desde seu período colonial, constituindo-se em sua primeira atividade econômica. Em seu curso, podemos apreender que o Estado sempre esteve presente para proporcionar as condições objetivas para o seu desenvolvimento. A presença do Estado cresceu neste setor de modo tanto quantitativo como qualitativo no período compreendido entre as décadas de 1930 a 1970, em especial no Nordeste. Neste contexto, as usinas de cana de açúcar obtiveram diversos privilégios que proporcionaram sua prosperidade.

Entretanto, essa situação muda com os efeitos da crise estrutural adentrando na agroindústria canavieira. Face esses efeitos, o Estado é impelido a direcionar sua ação a outras esferas econômicas, a fim de reduzir o ônus do capital. Neste contexto, o setor sofre os impactos dessa reconfiguração e dar início ao seu processo de reestruturação produtiva, almejando realizar os “ajustamentos” necessários para permanecer na competitividade do mercado.

Neste período, diversas usinas declararam falência e outras foram incorporadas a grupos empresariais. Diversas estratégias foram adotadas para mediar os danos da crise desde a adoção de novas espécies de cana ao incremento de novas tecnologias aliadas a racionalização da força de trabalho.

Diante do contexto de crise, os trabalhadores tiveram sua força de trabalho ainda mais explorada, já que o corte de cana é por si uma atividade degradante à mercê de condições naturais que dificultam a sua realização. Como exposto no estudo, a quantidade de toneladas exigidas pelo empregador passou de 5 na década de 1980 para 15 no ano de 2004. Esse dado mostra o quanto o cortador de cana é explorado nos canaviais em prol da acumulação capitalista.

Em síntese, podemos concluir que os efeitos da reestruturação produtiva adentram na esfera do labor nos canaviais como expressão da intensificação da exploração da força de trabalho. Essa exploração não se reflete apenas no aumento da produção do trabalhador individual, mas também na difusão do medo do desemprego, na fomentação da competitividade entre os trabalhadores e principalmente na degradação da saúde do trabalhador.

Referencias

AMARAL, Maria Virgínia Borges; VERAS, Edimilson Correia. *Capital X Trabalho no Campo: Questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético*. Maceió: Edufal, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e destilaria das Alagoas: Uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. 2ª Ed. Maceió, Edufal 2010.

DIÉGUES JR. Manuel. *O Banguê nas Alagoas: Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 3ª ed. Maceió, Edufal, 2012.

CARVALHO, Cícero Péricles de. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. 3º ed. Maceió, Edufal 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e Indivíduo Social: Um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo, Cortez, 2011.

SILVA, José Graziano da. *De bóias-frias a empregados rurais: As greves dos canavieiros paulistas de guariba e de leme*. Maceió, ed. Edufal, 1997.

SOUZA, Reivan Marinho. *Controle Capitalista e Reestruturação Produtiva: O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade*. Maceió, Edufal, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Mortes e acidentes na profundidade do “mar de cana” e dos laranjais paulistas*. Disponível em:
<<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art1-2008-2.pdf>> acesso em 25 de março de 2014.

TAVARES, Maria Augusta, LIMA, Roberta Oliveira Trindade. *A “liberdade” do trabalho e as armadilhas do salário por peça*. Revista Katálysis, da Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 12, n. 2, p. 170-177. 2009. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/11886/11115>> acesso em 15 de janeiro de 2013.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil: VI Período Colonial*. 6ª ed São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.